

Engenheiro reforça crítica à implantação da ciclovia

Presidente do CMTT foi ouvido ontem pela comissão do Impeachment

■ Márcio Reinheimer
marcio@jomalibia.com.br

A Câmara de Vereadores deu continuidade ontem ao processo de Impeachment do prefeito Paulo Aeredo, acusado de improbidade administrativa por irregularidades que teriam ocorrido na implantação da ciclovia da Rua Capitão Cruz. Na 1ª reunião, foram ouvidas duas testemunhas: os engenheiros João Luiz Collares Machado, presidente do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, e Ângelo Marcelo Faro, coordenador operacional da Corsan.

O primeiro interrogado foi Collares, que reforçou as críticas que vem fazendo à obra desde que começou a ser implantada, em janeiro último. O engenheiro reiterou as acusações de que os trabalhos foram iniciados sem qualquer estudo de impacto sobre o trânsito, sem análise prévia do CMTT,



sem projeto e nem responsável técnico. O Município, inclusive, foi multado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) porque não tinha estes documentos obrigatórios.

Todas estas declarações já haviam sido prestadas ao Ministério Público, autor de ações pela remoção da faixa para ciclistas e pela responsabilização do prefeito e de outras cinco pessoas. Segundo Collares, antes de iniciar os trabalhos, a Administração Municipal deveria ter feito um criterioso levantamento do fluxo de carros, ciclistas e pedestres pela rua, já que a obra, sabidamente, provocaria impacto sobre



COLLARES: Rua Capitão Cruz ficou mais perigosa

todos estes segmentos. Uma prova de que não houve o menor planejamento foi a colocação de blocos de concreto para delimitar a pista, que depois tiveram de ser substituídos por "tartarugas" de metal porque se mostraram ineficientes. "Erro de projeto é falta de estudo", resumiu o profissional.

Da forma como a obra ficou, Collares acredita que os riscos aumentaram, pois os ciclistas trafegam em mão

dupla, bem no meio dos carros. "É muito fácil uma criança ou um idoso cair e ser atropelado", alerta. O presidente do CMTT ainda frisou que o poder público deve priorizar, no sistema viário, o transporte coletivo, justamente o grande prejudicado na Rua Capitão Cruz. "O prefeito, inclusive, chegou a anunciar que retiraria os ônibus dali, o que provocaria um enorme transtorno para os usuários", emendou.



ÂNGELO Marcelo Faro, da Corsan, foi ouvido ontem